

Consórcio Setentrional de Educação a Distância
Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás
Curso de Licenciatura em Biologia a Distância

Estratégias educacionais, públicas e privadas que
podem contribuir para que a meta do desenvolvimento
sustentável seja alcançada no Brasil

UESLEI ALEXANDRE DOS ANJOS VIGILATO

Brasília
2011

UESLEI ALEXANDRE DOS ANJOS VIGILATO

Estratégias educacionais, públicas e privadas que
podem contribuir para que a meta do desenvolvimento
sustentável seja alcançada no Brasil

Monografia apresentada, como
exigência parcial para a obtenção do
grau de Licenciatura em Biologia, na
Universidade de Brasília, sob a
orientação da Prof. Fernanda Gomes
Siqueira

Brasília
2011

UESLEI ALEXANDRE DOS ANJOS VIGILATO

**Estratégias educacionais, públicas e privadas que podem
contribuir para que a meta do desenvolvimento sustentável
seja alcançada no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia do Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás.

Aprovado em 11 de Junho de 2011.

Prof. Fernanda Gomes Siqueira
Universidade de Brasília
Orientadora

Prof. Gil Amaro
Universidade de Brasília
Avaliadores

Prof. Lívio Dantas Carneiro
Universidade de Brasília
Avaliador

Brasília
2011

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, pela força, amor, confiança e incentivo que me deram.

Aos amigos, pelo companheirismo.

Aos professores, pelo conhecimento, dedicação e compreensão.

A todos que, direta ou indiretamente contribuíram, para a realização deste trabalho.

RESUMO

VIGILATO, Ueslei Alexandre dos Anjos. **Estratégias educacionais, públicas e privadas que podem contribuir para que a meta do desenvolvimento sustentável seja alcançada no Brasil 2011.** 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em Biologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

O desenvolvimento sustentável desponta como opção para tentar diminuir os danos ambientais, de maneira que haja sustentabilidade ecológica com crescimento econômico e social. Para isso, um fator importantíssimo na busca pela sustentabilidade é o investimento em educação em todos os setores da sociedade. Assim, este artigo sintetiza a pesquisa sobre a influência da educação na construção do desenvolvimento sustentável, procurando demonstrar como a educação pode provocar mudanças de comportamentos, de atitudes, que conduzam as pessoas e o governo a participarem mais ativamente das questões e problemas sociais. Este busca demonstrar como o processo educacional é essencial para o planejamento governamental, pois auxilia o governo na tomada de decisões e esclarece onde os recursos investidos surtirão efeitos mais benéficos ao desenvolvimento sustentável. Além disso, procura explicar como o conhecimento gerado pelo processo educacional também pode contribuir com as empresas e as Organizações Não-Governamentais na montagem de suas diretrizes de trabalho, de forma que estas tenham uma base ética e responsável com o meio ambiente. Outro aspecto pesquisado é a influência da educação no meio social. A pesquisa revela como a educação pode refletir de maneira eficaz na mudança de comportamento, na aquisição de valores, na motivação e sensibilização das pessoas a participarem ativamente das questões e discussões relativas ao desenvolvimento sustentável. Também explica como o desenvolvimento sustentável pode ser avaliado, ou seja, descreve como o governo pode medir se as ações e planejamentos realizados estão surtindo os efeitos esperados.

Assim, através do exposto nesta revisão, procura-se descrever como a educação pode ser um dos pilares de sustentação deste novo paradigma, revelando a importância de se dar continuidade ao processo de expansão educacional, para que as ações, discussões e planejamentos a serem realizados tenham uma base sólida que consiga mobilizar e instruir todos os setores da sociedade na busca por soluções rumo a sustentabilidade.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; mobilização; educação; paradigma; mudança; discussão; comportamento.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro: Cidades vivas versus cidades mortas.....	21
Tabela 2 – Tabela: Monitoramento e Avaliação: indicadores e informação.....	24

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.
CDS	Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDS	Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
ETHOS	Consciência ética. Palavra de origem grega, significa originalmente morada, habitat dos animais, mas mais tarde foi o nome dado a ética. É uma organização da sociedade civil de interesse público sem fins lucrativos, que defende o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PPG-7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SPC&T	Subprograma de Ciência e Tecnologia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
ZEE-MMA	Zoneamento Ecológico-Econômico – Ministério do Meio Ambiente

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: Papel do Estado na construção do desenvolvimento sustentável.....	11
CAPÍTULO 2: Papel setor privado e das ONG' na construção do desenvolvimento sustentável..	14
CAPÍTULO 3: Papel da população na construção do desenvolvimento sustentável.....	16
CAPÍTULO 4: A educação como fator primordial para o desenvolvimento.....	19
CAPÍTULO 5: Formas de avaliação da construção do desenvolvimento sustentável.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

Introdução

Com o passar dos anos, a sociedade passou a consumir desenfreadamente os bens e serviços. O estilo de vida das pessoas nas últimas décadas alcançou um índice de consumo exorbitante. O crescimento populacional, o desenvolvimento das cidades, o avanço tecnológico, a visão limitada das pessoas sobre as questões ambientais, entre outros fatores, estão provocando danos, principalmente ao meio ambiente, que se não forem tomadas providências urgentes, esta e especialmente as próximas gerações, sofrerão as consequências da falta de planejamento por parte de todos os setores sociais.

Faz-se necessário, portanto, que se construa um novo paradigma sócio-político-ambiental, onde as pessoas adotem atitudes de consumo consciente, no qual a preservação da natureza seja uma das prioridades, porém, aliando-se ao desenvolvimento econômico do país, de forma que este progresso traga melhoria da qualidade de vida para a população.

Para Silva et al. (2008, apud ZEE-MMA, 2002)

[...] a ideia de desenvolvimento sustentável surge como alternativa para reequilibrar a dicotomia entre preservação do meio ambiente e crescimento econômico, já que o desenvolvimento sustentável "demanda um novo processo de exploração dos recursos naturais e apropriação do território orientado pela premissa fundamental da valorização humana, levando em conta a sustentabilidade ecológica, social e econômica.

Na mesma linha de pensamento, Novaes et al. (2000) escrevem que a preservação ambiental fundamentada na “intocabilidade” está ultrapassada, sendo agora substituída por aquela que é condicionada ao desenvolvimento da civilização, onde todos têm responsabilidade quanto ao uso racional dos recursos naturais de forma que estes recursos possam estar disponíveis para que as gerações futuras também possam usufruir.

Já para Assis (2006 apud RATTNER, 1992)

[...] a construção de um processo de desenvolvimento que seja efetivamente sustentável, via simples retomada do crescimento econômico convencional combinado com medidas de proteção ou conservação do meio ambiente (contabilização de custos ambientais, cobrança de custos de restauração etc.), representa uma auto-ilusão ou mistificação.

Esta nova metodologia de ação, de pensamento é chamada de desenvolvimento sustentável. De acordo com Knorek (2010), baseado no Relatório Brundtland - Nosso Futuro Comum (1988, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento).

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de se atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Segundo Silva et al. (2008 apud SILVA e MENDES 2005)

Pode-se ainda conceituar desenvolvimento sustentável como um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do individual para o global. Essas dimensões são inter-relacionadas por meio de instituições que estabelecem as regras de interações e que também influenciam no comportamento da sociedade local. A compreensão desse processo deve ocorrer de forma contínua e observando-se as adaptações do sistema, tendo como base a sociedade e suas inter-relações e interdependências como um sistema adaptativo complexo.

O Ministério de Relações Exteriores/Ministério do Meio Ambiente citam a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) como sendo um dos principais responsáveis pela definição do marco legal e político dos temas que orientam a gestão da biodiversidade em todo mundo, no qual consideram esta convenção como o mais importante acordo internacional sobre diversidade biológica. Estes Ministérios escrevem: “A CDB tem como pilares a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.”

A partir destas reflexões, o que se busca demonstrar é que é possível alcançar bons resultados de crescimento e desenvolvimento sustentável com o auxílio da educação, objetivando, então, demonstrar que existe uma razão direta entre a influência positiva da educação com o crescimento de forma sustentável de um país.

Assim, destaca-se a necessidade do presente estudo, em relação à influência que a educação tem na vida das pessoas e, conseqüentemente, no crescimento e desenvolvimento de um país, pois, para construção de projetos que visem à preservação do meio ambiente de forma sustentável e de maneira a garantir o futuro da presente e das futuras gerações, é preciso que o fator educacional esteja presente.

Desta forma, com base no exposto acima, a presente monografia está estruturada em cinco capítulos, a saber: inicialmente, será apresentado a revisão da literatura sobre o papel do Estado na construção do desenvolvimento sustentável. Logo após, será demonstrado como as

organizações governamentais e as privadas podem contribuir na busca da sustentabilidade. Em seguida será apresentado a importância e como a população pode agir em busca do desenvolvimento sustentável. No capítulo seguinte será revisado literaturas que demonstrem a força que a educação tem para mobilizar as pessoas na estruturação do desenvolvimento sustentável. Depois será descrito algumas formas de como os resultados alcançados podem ser avaliados para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Por fim, são apresentadas as conclusões sobre o problema investigado e os objetivos propostos. Lembrando que todos os capítulos dão ênfase para a contribuição da educação na construção do desenvolvimento sustentável.

Capítulo 1 – Papel do Estado na Construção do Desenvolvimento Sustentável

Na maioria das vezes, as pessoas costumam correlacionar o conceito de desenvolvimento sustentável somente ao tema preservação ambiental. Porém, é importante ressaltar que o desenvolvimento sustentável envolve muitas variáveis em seu conceito, como aspectos econômicos, ecológicos, políticos, culturais, entre outros. Novaes et al. (2000), na página 41, exemplificam algumas variáveis do desenvolvimento sustentável.

- **Sustentabilidade ecológica:** refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques de capital natural incorporados às atividades produtivas.

- **Sustentabilidade ambiental:** refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face as interferências antrópicas.

- **Sustentabilidade social:** tem como referência o desenvolvimento e como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população, implica a adoção de políticas distributivas e/ou redistributivas e a universalização do atendimento na área social, principalmente na saúde, educação, habitação e seguridade social.

- **Sustentabilidade política:** refere-se ao processo de construção da cidadania, em seus vários ângulos, e visa garantir a plena incorporação dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.

- **Sustentabilidade econômica:** implica uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado.

- **Sustentabilidade demográfica:** revela os limites da capacidade de suporte de determinado território e de sua base de recursos; implica cotejar cenários ou tendências de crescimento econômico com suas taxas demográficas, sua composição etária e contingentes de população economicamente ativa.

- **Sustentabilidade cultural:** relaciona-se com a capacidade de manter diversidades de culturas, valores e práticas no planeta, no país e/ou numa região, que compõe ao longo do tempo a identidade dos povos.

- **Sustentabilidade institucional:** trata de criar e fortalecer engenharias institucionais e/ou instituições que considerem critérios de sustentabilidade.

- **Sustentabilidade espacial:** norteada pela busca de maior equidade nas suas relações inter-regionais.

Pode-se observar, com isso, que o desenvolvimento sustentável envolve princípios diferenciados, porém harmônicos, que o Estado deve respeitar e buscar desenvolver para que a finalidade do desenvolvimento sustentável seja alcançada.

Entende-se, nessa perspectiva, que o Estado deve atuar de forma a articular programas de desenvolvimento sustentável que incluam principalmente programas educacionais, a médio e longo prazo, de maneira que os setores sociais e privados participem, sintam-se responsáveis e adquiram valores culturais condizentes com o que o desenvolvimento sustentável exige.

Segundo Novaes et al.(2000)

Construir a sustentabilidade no Brasil é um enorme desafio – tão vasto quanto as possibilidades brasileiras, fundadas em seu território continental, recursos naturais ainda fartos, a maior diversidade biológica do planeta, recursos hídricos relativamente abundantes, insolação durante todo o ano, uma complexa sociedade”.

Da mesma forma Novaes et al. (2000) atesta:

O desafio da construção da sustentabilidade é particularmente complexo e difícil na gestão dos recursos naturais, principalmente por causa da multiplicidade de atores – governo federal, governos estaduais e municipais, empresários, universidade, organizações da sociedade, interesses pessoais contraditórios – que será preciso conjugar nessa construção. Complexo, ainda, pela diversidade de situações e cenários ao longo de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de terra e milhares de quilômetros de áreas costeiras.

Como o Estado dificilmente conseguirá atingir os objetivos da sustentabilidade trabalhando de forma isolada, é preciso que os mais diversos setores da sociedade se envolvam em torno da problemática de se conciliar o crescimento econômico e qualidade de vida para a população, sem que o reflexo positivo na economia prejudique o meio ambiente de forma que este não consiga se recuperar.

Ainda mais, vemos que o Estado, apesar de não trabalhar sozinho, tem papel primordial para que se o desenvolvimento sustentável, devendo ser um dos principais responsáveis pelas ações a serem desenvolvidas, no qual uma das medidas é a aplicação da Lei de Crimes Ambientais que tem seu caráter preventivo e educativo. Brito e Barreto (2011) citam a Lei de Crimes Ambientais e o Dec. 3.179/99 que regulamentam sanções administrativas; como, por exemplo, advertência, multa simples, apreensão de produtos, destruição ou inutilização do produto, embargo da obra ou atividade, demolição da obra, suspensão total ou simples apreensão do produto, para aqueles que cometem crimes ambientais.

Segundo Silva (2008 apud FERREIRA e FERREIRA, 1995) para que seja possível a adoção de um novo estilo de desenvolvimento, o Estado tem que cumprir um papel indispensável e principal como estimulador e administrador dessa mudança de paradigma, porém sempre compartilhando essa responsabilidade com a sociedade, o setor privado e as comunidades locais.

Novaes et al. (2000) afirma que, para se atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, é preciso que todas as pessoas, as empresas, o governo em geral, enfim, todos os ramos da sociedade adotem uma postura participativa e permanente, condizente com a exigência do desenvolvimento sustentável prático, ou seja, que englobem a atitudes de produção, de conservação e de inclusão social. Desta forma, o alcance da sustentabilidade dependerá da aptidão, da competência, da capacidade dos setores sociais e governamentais de se sujeitarem aos preceitos da prudência ecológica sem deixar o crescimento econômico de lado.

Vale ressaltar a opinião do Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p.24), pois, segundo este, é preciso que as instituições públicas façam os ajustes necessários de modo que a sociedade possa se adequar ao novo estilo de vida e mudem suas atitudes, que atualmente estão levando a um desenvolvimento insustentável de má utilização dos recursos naturais.

Todavia, como o Brasil é dividido em sub-níveis de responsabilidade, como estados, cidades, municípios, bairros, esta responsabilidade não pode ficar apenas a nível nacional, esta parcela de preocupação com o desenvolvimento sustentável tem que ser dividida com os demais níveis, no qual a participação e a cooperação das autoridades locais terão um fator preponderante para o alcance dos objetivos.

Para Secco e Rillo (apud Agenda 21 Global capítulo 28):

Autoridades locais constroem, operam e mantêm a infra-estrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem políticas e regulamentações ambientais locais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como nível de governo mais próximo do povo, desempenham papel essencial na educação, mobilização e respostas ao público, em favor de um desenvolvimento sustentável.

Aos governos locais também deve ser dado um papel-chave. Governos locais, sendo o nível governamental mais próximo do povo, encarregado de executar programas e serviços públicos, têm o papel de protagonista na melhoria da qualidade de vida da população e no alcance do desenvolvimento sustentável. A adesão aos ideais de descentralização e de melhoria da governança local reforça o papel dos governos locais e de seus parceiros em atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável “[...] sem a adesão sã e capacidade de coordenação, especialmente em nível local, será improvável que se alcance o desenvolvimento sustentável.” (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO 2005 p. 85)

A partir destes levantamentos, compreende-se que o Estado deve estimular as parcerias e tomar decisões consistentes como forma de demonstrar que o Estado está disposto a auxiliar no que for necessário para que os propósitos do desenvolvimento sustentável alcancem seus objetivos.

Capítulo 2 – Papel do Setor Privado e das ONGs na Construção do Desenvolvimento Sustentável

A função que as empresas desempenham diante da questão do desenvolvimento sustentável está tomando maiores proporções a cada dia que passa, seja para beneficiar ou para prejudicar. Atualmente, as pessoas estão se envolvendo mais com as questões ambientais e, conseqüentemente, com o tema sustentabilidade. E dentro desta temática, está a valorização que a sociedade está dando para as empresas aliadas ao desenvolvimento sustentável, segundo Rico (2003):

Diante dessa nova organização empresarial global, as organizações privadas possuem uma nova diretriz nos rumos da obtenção do lucro, pois simplesmente as vantagens oferecidas em relação a valores (preços) não estão sendo suficientes para a obtenção de um mercado consumidor. Cada vez mais a qualidade do produto está relacionada à relação da empresa com a sociedade e seu comportamento ético e esses fatores determinam o comportamento dos consumidores (Rico, apud Paes, 2003, p. 25).

Para Arbex (2007):

[...] é importante reconhecer que as empresas têm um papel decisivo na definição do nosso presente e do nosso futuro comuns, uma vez que são, hoje, as principais detentoras do poder econômico e tecnológico e ainda concentram em torno de si um grande número de especialistas e empreendedores das mais variadas áreas.

Desta forma, não é mais cabível que as empresas se eximam das responsabilidades diante da situação em que se encontra o meio ambiente e todos os assuntos que envolvem o desenvolvimento sustentável.

Segundo Ricco (apud SENNA, 2001, p. 11):

A nova política de desenvolvimento deve se basear na busca incansável da transformação produtiva com equidade social. A nova ética é a da co-responsabilidade dos grandes setores da vida brasileira (governo, mundo empresarial e terceiro setor) no enfrentamento das desigualdades sociais intoleráveis.

Além das empresas, outro setor de grande importância na construção do desenvolvimento sustentável são as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Elas

desempenham um papel básico e estratégico, pois, por não fazerem parte do governo, podem cobrar mais ativamente providências a serem tomadas. Porém, as ONGs são apenas mais um dos componentes essenciais que contribuirão e direcionarão as ações governamentais para que as políticas públicas sejam colocadas em prática.

Nesta perspectiva, as organizações não-governamentais e os grupos comunitários dedicados à proteção ambiental são parte de um movimento mais amplo, conforme elucidam Silva et al. (apud FERREIRA; FERREIRA 1995), que inclui setores do empresariado cujos sistemas produtivos preenchem em medida significativa o critério da sustentabilidade, grupos e instituições científicas cujo espaço de pesquisa coloca-se no rumo da sustentabilidade, setores da estrutura estatal, particularmente das agências ambientais, que consideram a proteção ambiental uma dimensão fundamental da ação de governo, agências intergovernamentais orientadas para a sustentabilidade planetária.

Conforme António (apud, BUFFARA 2003), o momento atual aponta um novo contexto socioeconômico-ambiental e uma nova responsabilidade a ser assumida. Assim, o papel social das organizações vem sendo redesenhando de forma mais ampla e abrangente, caracterizando-se como agentes de transformação e de influência na sociedade como um todo, como atesta Bassetto (2010).

Assim, as empresas têm que objetivar, além do lucro, o bem estar da sociedade em geral, desenvolvendo ações que visem à dignidade humana, de maneira que estas ações não prejudiquem a natureza e que seja possível recuperá-la.

Bassetto (2010 apud LEWIS, 2005) destaca:

Para o livre exercício da atividade produtora de bens e serviços, as empresas deverão observar vários fatores, que, dentre os principais, destacam-se: a) a livre concorrência; b) defesa do consumidor; c) a defesa do meio ambiente; d) a redução das desigualdades sociais regionais; e e) a oferta de emprego.

Bassetto (2010, apud SAVITZ e WEBER , 2007), também cita:

o termo sustentabilidade se transformou em assunto de amplas discussões sociais e ambientais, sobretudo no mundo dos negócios e denota uma ideia poderosa e objetiva, a saber: empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com que mantém interações.

Na mesma linha de pensamento, Abong (2010 apud, INSTITUTO ETHOS), cita:

RSE é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Para a UNESCO (2005, p.90):

[...] as organizações não-governamentais e as redes terão papel central na ligação de grupos locais para elaboração de políticas, empreendendo atividades de promoção e pressão e provendo um canal com o intuito de assinalar experiências pequenas, locais e inovadoras à atenção do governo e do grande público.

Além de fazer a sua parte de forma direta, as ONGs também podem agir de forma a auxiliar o governo e a população, a programarem suas ações sendo a ligação entre as partes.

Capítulo 3 – Papel da População na Construção do Desenvolvimento Sustentável

O avanço rumo a uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Jacobi (2006) explica que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias podem ser atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade. Isto implica principalmente na necessidade de estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções.

Percebe-se, com isso, que a sociedade não pode se desobrigar, isentar-se de suas responsabilidades quanto a colaborar com o desenvolvimento sustentável. Ela precisa enxergar que faz parte do processo de mudança de paradigma, ou seja, a sociedade deve participar das mais variadas atividades que envolvam as práticas para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Jacobi (2006) ressalta que a educação para cidadania estimula a sociedade a adquirir valores individuais e coletivos, provocando mudanças comportamentais, de forma que esta educação produza motivação e sensibilização nas pessoas de forma dinâmica e participativa, no que diz respeito ao nível de consumo, onde esta cidadania será concretizada no aumento do número de adeptos conscientes que poderão opinar e intervir nos processos decisórios de interesse público.

Moreto et al. (2007, apud KALIL e GELPI, 2007) destacam a importância da conscientização das pessoas na colaboração, no estabelecimento, na formulação das políticas de interesse local através da participação efetiva em discussões e votações, no qual as pessoas ajudam a elaborar, por meio do exercício de sua cidadania, projetos que melhorarão a qualidade da população da localidade. Desta forma, através da participação da população nas discussões, ela passará a tomar atitudes com mais responsabilidade social de forma que beneficie, ao mesmo tempo, as dimensões ambiental, cultural e econômica sem comprometer as necessidades e aspirações as gerações futuras.

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil- PPG7 (2009), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, também ressalta a participação da população na busca pelo desenvolvimento sustentável, ressaltando a importância das parcerias e da participação social em iniciativas de uso e proteção das florestas brasileiras, destacando a importância do conhecimento que as iniciativas deixam como patrimônio para as políticas públicas a serem desenvolvidas em nossas florestas. Com isso, demonstra-se que a educação e a união da população em torno das mais variadas questões, e entre esta inclui a adoção de uma política de desenvolvimento sustentável, é importantíssima.

O Ministério do Meio Ambiente (2007, apud Quintas, 2004) destaca:

[...] ao se falar de sustentabilidade, está se falando de algo polissêmico, ou seja, portador de sentidos diversos, tantos quanto forem necessários, para que os atores sociais, em nome de seus valores e interesses, legitimem suas práticas e necessidades na sociedade e, assim, se fortaleçam nas disputas travadas com outros atores, que defendem outros valores e interesses.

No quadro a seguir, Massa et al. (apud NETO, F. FROES 2002, p.78) apresenta as diferenças entre as cidades "vivas" e cidades "mortas", onde este quadro procura que se reflita sobre a importância da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável local e global.

QUADRO 1 - CIDADES VIVAS *VERSUS* CIDADES MORTAS.

CIDADES MORTAS	CIDADES VIVAS
Predomínio de vínculos de subordinação	Predomínio de cooperação
Pessoas atuam de forma dispersa e isoladamente	Pessoas atuam em redes
O ambiente é imutável	O ambiente é transformado continuamente
Prevalece a competição	Prevalece a cooperação
Vigência de padrões verticais de organização	Vigência de padrões horizontais de organização

FONTE: Neto, F. (2002)

Massa (apud. NETO, F. FROES 2002, p.78) ressalta que nas “cidades vivas” a população participa ativamente na evolução de seu próprio desenvolvimento, atuando em redes sociais de maneira empreendedora, prevalecendo atitudes de cooperação, com vínculos e redes locais que procuram agir coletivamente de forma a tornar o mundo mais justo, igualitário e pacífico, onde o bem-estar é construído por todos. Já na “cidade morta” não

existe cooperação e as pessoas aceitam as coisas como são, sem que haja ações populares que procurem modificar a situação, ou seja, as pessoas esperam que o bem-estar seja criado pelo Estado.

Segundo a UNESCO (2005):

Instituições e grupos locais são lugares onde as práticas de desenvolvimento sustentável podem ser modeladas e aprendidas – como, por exemplo, o uso da energia e o processo de reciclagem, mas também os valores e relações necessários para o desenvolvimento sustentável, como a compreensão de como o que eu faço afetam os outros, no presente e no futuro, e por que minhas ações devem respeitar as necessidades dos demais, assim como as minhas próprias. [...] Para que os problemas identificados sejam resolvidos, indivíduos e agências devem aplicar, em termos concretos, o que foi aprendido [...] nos planejamentos e políticas educacionais locais, incluindo agências locais.

Desta forma, ressalta-se, então, que não só em níveis mais globalizados (como a nível nacional e estadual), que as ações em defesa do desenvolvimento podem ser construídas.

Capítulo 4 – A Educação como Fator Essencial para o Desenvolvimento

Atualmente, percebe-se uma valorização maior da educação. O MEC (1996) destaca importância da educação escrevendo que os processos desenvolvidos no ambiente escolar se desenvolvem no ambiente familiar, no trabalho, durante a convivência social, enfim, onde houver convivência humana.

Para Libâneo (1994, p.398-399 apud SILVA):

A educação corresponde a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter implicando uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática.

Percebe-se que a educação é algo importantíssimo para o crescimento de uma pessoa, de uma população, estando o crescimento de um país diretamente ligado à qualidade de sua educação. A educação possibilita que possamos lutar por nossos direitos, permite que expressemos nossos pensamentos, nossas ações, de maneira autônoma e crítica, servindo, inclusive, para que possamos decidir sobre o nosso futuro, como queremos que seja a nossa qualidade vida e de outras pessoas. E dentre estas possibilidades está a de aprender a lidar com a questão ambiental voltada para o desenvolvimento sustentável.

A UNESCO (2005, p.37), no livro Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, escreve:

As nações do mundo, por meio da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotaram por unanimidade a resolução que proclama a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável para o período 2005-2014, com o objetivo de enfatizar a importância de ações combinadas para assegurar que os padrões do desenvolvimento sustentável ofereçam qualidade de vida para todos, tanto para as gerações presentes quanto para as gerações futuras.

Segundo a Conferência das Nações Unidas Sobre meio Ambiente e Desenvolvimento: agenda 21 (1996):

Os governos e as organizações do setor privado devem promover a adoção de atitudes mais positivas em relação ao consumo sustentável por meio da educação, de programas de esclarecimento do público e outros meios, como publicidade positiva

de produtos e serviços que utilizarem tecnologias ambientalmente saudáveis ou estímulo a padrões sustentáveis de produção e consumo. No exame da implementação da Agenda 21 deve-se atribuir a devida consideração à apreciação do progresso feito no desenvolvimento dessas políticas e estratégias nacionais.

A UNESCO (2005, p. 43,44), novamente ressalta a importância da educação para a sustentabilidade:

- A educação é o principal agente de transformação para o desenvolvimento sustentável, aumentando a capacidade das pessoas de transformarem sua visão de sociedade em realidade. - A educação incentiva os valores, comportamentos e estilos de vida necessários para um futuro sustentável. - A educação para o desenvolvimento sustentável é um processo em que se aprende a tomar decisões que levem em consideração o futuro a longo prazo de igualdade, economia e ecologia de todas as comunidades. - A educação fortalece a capacidade de reflexão orientada para o futuro. [...] a educação é a nossa melhor oportunidade de promover e enraizar os valores e comportamentos que o desenvolvimento exige; [...] a educação nos habilita como indivíduos e como comunidades a compreendermos a nós mesmos e aos outros e as nossas ligações com um meio social e natural de modo mais amplo.

Para Mirian Duailib (2007, p.9):

A educação ambiental é uma proposta de filosofia de vida que resgata valores éticos, estéticos, democráticos e humanistas. Seu objetivo é assegurar um modo de vida mais coerente com os ideais de uma sociedade sustentável e democrática. Conduz a pensar velhas fórmulas e a propor ações concretas para transformar sua casa, a rua, o bairro, as cidades, o país, o planeta, partindo de um princípio de respeito à diversidade natural e cultural, que inclui a especificidade de classe, de etnia e gênero. Decorre de uma percepção renovada de mundo, de uma forma integral de ler a realidade e atuar sobre ela, estimula a criatividade individual e comunitária no trato do ambiente, a partir do cotidiano e da atuação local, sem perder, entretanto, a referência do global e a noção de sermos todos e todas cidadãos e cidadãs do mesmo planeta.

A UNESCO (2005) salienta:

O capítulo 36 da Agenda 21 enfatiza que a educação é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a capacidade das pessoas em entender os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento. O Ministério do meio Ambiente (2000), baseado na Lei da Educação Ambiental também destaca a importância da educação para o desenvolvimento sustentável escrevendo que a participação de cidadãos na promoção do desenvolvimento sustentável é possibilitada pela educação[...] Essa coloca à disposição do homem meios essenciais para orientá-lo na busca da satisfação de suas necessidades econômicas, sociais, culturais, entre outras, em um ambiente ecologicamente equilibrado.

O livro “A Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável” (2005) traz, nas páginas 104 e 105 uma tabela como forma a avaliar se está havendo adoção de valores e mudanças de comportamento esperados para o período estipulado entre 2005 a 2014. Esta tabela foi elaborada visando simplificar a obtenção de resultados das metas pré-estabelecidas.

Tabela: Monitoramento e Avaliação: indicadores e informação.

Resultados esperados	Indicadores potenciais	Informações úteis na verificação
Integração de componentes educacionais nos planos para o desenvolvimento sustentável	Inclusão da educação na agenda da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, nos fóruns regionais, nacionais e locais voltados ao desenvolvimento sustentável	Frequência da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) em procedimentos, minutas e outros procedimentos de reuniões
Avaliação da necessidade e do papel da EDS em todo o planejamento de desenvolvimento	EDS incluídos nos planos de Estratégias de Redução da pobreza [...], planos regionais e nos ciclos nacionais de planejamento	Número de Estratégias para a Redução da Pobreza com componente do programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável nos documentos de planejamento do desenvolvimento
Fortalecimento do consenso sobre a importância estratégica da EDS	Incorporação da EDS nas estruturas e nos planos do Ministério da Educação e nas ações da sociedade civil e das ONGs.	[...] organizações da sociedade civil e ONGs que incluem disposições específicas do programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável nos seus programas
Ampla sensibilização dos cidadãos sobre a natureza e dos princípios do desenvolvimento sustentável	Participação popular nos eventos, campanhas e fóruns relacionados ao desenvolvimento sustentável Participação nas iniciativas práticas sobre o desenvolvimento sustentável	Nível de retorno (feedback) espontâneo dos cidadãos sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável Número de iniciativas e níveis de participação
Presença regular e substancial da mídia para divulgação dos assuntos relativos ao desenvolvimento sustentável	Cobertura da imprensa televisada, radiofônica e escrita para o programa EDS	Número de reportagens, editoriais e artigos sobre desenvolvimento sustentável
Integração da educação para o Desenvolvimento Sustentável na formação de docentes	Integração dos princípios do desenvolvimento sustentável na formação de professores	Número na formação de professores em que se integrou o tem desenvolvimento sustentável; Número de educadores/facilitadores de educação não-Formal que utilizam abordagens sobre desenvolvimento sustentável.

UNESCO (2005)

Todavia, para que se tenha o que se avaliar é preciso que ações sejam tomadas. O Ministério do Meio Ambiente coordenou um programa chamado de “Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG7). Este programa tem como um de seus pilares para se adquirir o desenvolvimento sustentável a educação, o conhecimento que é disseminado e transmitido entre as pessoas. O programam acredita que a disseminação da educação entre as pessoas pode subsidiar iniciativas de políticas públicas na área ambiental, tendo a disseminação do conhecimento como uma das principais áreas de atuação de seus projetos.

O Ministério do Meio Ambiente (2009, p.11 e 14), através do projeto PPG7 escreve:

Disseminação de conhecimentos - Teve como foco a identificação, sistematização e disseminação dos conhecimentos produzidos no próprio PPG7 com o objetivo de transformá-los em subsídios para as políticas públicas implementadas na área ambiental. [...] Essas experiências contribuíram para a inclusão social e muitas vêm servindo de referência para implementação de iniciativas similares em organizações da sociedade civil e no âmbito das políticas governamentais.

Dentro da mesma didática, a educacional, o Ministério do Meio Ambiente, através do PPG7 (2009), criou em resposta a uma situação emergencial de incêndios florestais que ocorriam na Floresta Amazônica, o projeto “Proteger”, no qual este projeto se utilizava da mobilização, através de planos educacionais, para diminuir os incêndios que ocorriam naquela floresta. Este projeto conseguiu mobilizar, somente através da educação ambiental, a população de 160 municípios da região amazônica para que combatessem e prevenissem incêndios, demonstrando assim o poder que a educação tem de envolver e motivar as pessoas em torno das questões sociais.

Vecchiatti (2004 apud Faria, 1999) também destaca a importância da política cultural, citando que as políticas culturais desenvolvidas devem desenvolver um grau de pertencimento nas pessoas, onde elas se sintam parte do processo e não um mero telespectador, de forma que haja um resgate da auto-estima, pois esta auto-estima fará com que haja um desenvolvimento humano integral.

Vale ressaltar, porém, que a Educação Ambiental (EA) não deve ficar presa apenas às instituições escolares. Ela deve ser desenvolvida em todo setor social, deve ser expandida pelos mais variados ramos da sociedade, englobando desde as pequenas cidades até os grandes centros urbanos. Assim, é possível e necessário que os espaços de discussão sobre meio ambiente não fiquem exclusivamente restritos ao meio escolar. É preciso que novos atores passem a discutir o assunto, onde o diálogo e a participação sejam abertos ao público em geral, no qual, a inter-relação dos saberes e das práticas educativas ambientais possam ser disseminadas, com o intuito de motivar e mobilizar a população em torno da consciência ambiental e não fiquem apenas no aprendizado meramente burocrático das escolas.

Dualib (2007) cita:

Apesar da necessidade de criar uma sociedade com uma boa compreensão ambiental, muitas pessoas, ao ouvirem falar em EA, pensam em algo limitado ao público escolar, crianças e professores, ou a outros educadores ambientais que trabalham em zoológicos ou museus.

A UNESCO (2005, p. 44-45), na mesma linha de pensamento, defende que o aprendizado por meio do programa de Desenvolvimento Sustentável deve se estender por todos os setores sociais e não ficar apenas na esfera individual. Ela defende que a organização e participação social nas discussões facilita a montagem de estruturas mais consistentes, no qual ter-se-á uma visão mais abrangente sobre desenvolvimento sustentável que permitam fazer mudanças, do que de formas isoladas.

A UNESCO (2005, p. 44) também cita que a busca pelo desenvolvimento sustentável deve ser diversificada, ou seja, apesar da educação ser importantíssima, o desenvolvimento sustentável não pode depender somente da educação para atingir seus objetivos.

Desta forma, compreende-se que, para a manutenção do desenvolvimento sustentável, é preciso dar continuidade ao processo de expansão educacional, pois o país só poderá atingir a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico e ambiental se o processo educativo estiver presente nas ações, discussões e planejamentos das políticas públicas e da sociedade como um todo, porque ao futuro da sociedade dependerá das opções que fizermos no presente.

Capítulo 5 – Formas de Avaliação da Construção do Desenvolvimento Sustentável

O Brasil vem crescendo economicamente a cada dia que passa. Por outro lado, também vem aumentando a diferença social, a miséria, a poluição e degradação ambiental. Várias são as dificuldades encontradas para que os problemas sejam resolvidos. Há poucas décadas atrás é que se começou a discutir desenvolvimento sustentável no Brasil. Um dos primeiros projetos sérios do país foi a Agenda 21 brasileira.

O Ministério do Meio Ambiente (apud CAÚLA e OLIVEIRA, 2008) define a Agenda 21 como “um conjunto de premissas e recomendações sobre como as instituições devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e a iniciarem seus programas de sustentabilidade” (2008, p. 7).

Segundo Kohler (2003):

A construção da Agenda 21 Brasileira teve como objetivo “redefinir o modelo de desenvolvimento do país, introduzindo o conceito de sustentabilidade, e qualificando-o com as potencialidades e as vulnerabilidades do Brasil no quadro internacional” (CPDS 2002 , p.1). Desta forma foram avaliadas as potencialidades para se instituir um tipo de modelo de desenvolvimento sustentável para o país, determinando estratégias e linhas de ação em conjunto com a sociedade civil e o setor público.

Muitas providências foram tomadas para que o desenvolvimento sustentável no Brasil fosse alcançado, com relação à anterioridade da Agenda 21 nacional. Porém, poucos dados concretos se têm sobre o que realmente está sendo feito, deixando lacunas com relação às ações e decisões que foram ou que possam ser tomadas. Assim, pouco se pode avaliar porque quase não foram criados dados estatísticos para pesquisa que criassem condições para a avaliação ou revisão da implementação do plano nacional de desenvolvimento sustentável e das agendas 21 locais.

Em função disso, a estratégia de desenvolvimento brasileiro deve se apoiar em dados que possam ser avaliados de forma que este desenvolvimento sustentável possa ser medido, modificado e colocado em prática. Segundo Bellen (2004, p. 69): “Os mais variados

especialistas da área de meio ambiente afirmam que uma ferramenta de avaliação pode ajudar a transformar a preocupação com a sustentabilidade em uma ação pública consistente.”

Assis (2006, apud MEYNARD E GIRARDIN, 1994) lembra que “[...]o poder público só terá ação incentivadora eficaz caso venha a se apoiar em uma análise completa da situação.”

O trabalho de construção de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) é inspirado no movimento internacional liderado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável - CDS, das Nações Unidas (*Commission on Sustainable Development - CSD*), que reuniu, ao longo da década passada, governos nacionais, instituições acadêmicas, organizações não governamentais, organizações do sistema das Nações Unidas e especialistas de todo o mundo.

Para isso, o Governo possui um instituto (IBGE) que auxilia no processo de avaliação do desenvolvimento sustentável no Brasil. Segundo o próprio IBGE (2010):

O conjunto de indicadores selecionados representa uma mostra de informações disponibilizadas pelo IBGE e por outras instituições, que possuem uma base estatística sólida, e cuja reunião está dirigida a subsidiar o debate sobre o desenvolvimento e as características da sustentabilidade em nosso País.[...] deseja estimular a emergência de novas demandas, a identificação de novos parceiros na produção de informações e a construção de novas abordagens que subsidiem a conquista do desenvolvimento sustentável. O IBGE dispõe de numerosas informações estatísticas, que permitiriam a construção de muitos indicadores relevantes e ampliariam as possibilidades de avaliação do desenvolvimento sustentável, especialmente no que diz respeito às questões econômica e social.

Os indicadores, ainda segundo o IBGE (2010), estão organizados em fichas. Como padrão geral, elas contêm a definição do indicador, a descrição de sua construção e as fontes utilizadas, justificativa e vínculo com desenvolvimento sustentável, eventuais comentários metodológicos ou auxiliares à interpretação das informações prestadas, além de gráficos, tabelas, mapas ilustrativos e lista de indicadores relacionados.

Os indicadores citados acima foram inspirados nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável inspirado no movimento internacional liderado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável - CDS, das Nações Unidas. Porém, era necessário adaptar a construção do trabalho de acordo com as características brasileiras.

De acordo com Malheiros et al.(2008, apud BOLLINGER e SCANDAR 2004):

Esta lista serviu como referência para a organização dos trabalhos no IBGE. Esse encaminhamento tem muito de pragmático, porquanto seria bastante custoso e igualmente arbitrário iniciar por estabelecer uma lista própria e independente, teoricamente mais adequada, a partir das indicações de diferentes instituições especializadas (energia, rural, urbana, etc.), do estudo das opções estabelecidas em outros países, ou sugestões pontuais colhidas em diversos fóruns de discussão e

interlocutores nacionais. Julgou-se que melhor seria jogar-se ao trabalho de levantamento das informações preconizadas por uma lista balizada, e de certa maneira independente, e promover sua discussão e adequação à realidade brasileira, já contando com os resultados obtidos.

Assim, essa primeira publicação dos indicadores de desenvolvimento sustentável do Brasil trouxe um conjunto de 50 indicadores, sendo 30 deles obtidos estritamente de acordo com o modelo de indicadores da Organização das Nações Unidas - ONU, três com algumas adaptações, nove com formulações alternativas e oito totalmente novos, introduzidos para contemplar questões de particular interesse para o Brasil.

A apresentação dos indicadores segue o marco ordenador proposto pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, que os organiza em quatro dimensões: Ambiental, Social, Econômica e Institucional.

A **dimensão ambiental** dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável diz respeito ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, e está relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais ao benefício das gerações futuras. Estas questões aparecem organizadas nos temas atmosfera; terra; água doce; oceanos, mares e áreas costeiras; de biodiversidade e saneamento.

A **dimensão social** dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável corresponde, especialmente, aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Os indicadores incluídos nesta dimensão abrangem os temas população; trabalho e rendimento; saúde; educação; habitação e segurança, e procuram retratar o nível educacional, a distribuição da renda, as questões ligadas à equidade e às condições de vida da população, apontando o sentido de sua evolução recente.

A **dimensão econômica** dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável trata do desempenho macroeconômico e financeiro do país e dos impactos no consumo de recursos materiais, na produção e gerenciamento de resíduos e uso de energia. É a dimensão que se ocupa da eficiência dos processos produtivos e com as alterações nas estruturas de consumo orientadas a uma reprodução econômica sustentável em longo prazo.

A **dimensão institucional** diz respeito à orientação política, capacidade e esforço despendido por governos e pela sociedade na implementação das mudanças requeridas para uma efetiva execução do desenvolvimento sustentável. Deve-se mencionar que esta dimensão aborda temas de difícil conceituação e mensuração, carecendo de mais estudos para o seu aprimoramento, como afirma o IBGE (2010)

O PPG7, citado anteriormente, por meio do SPC&T e coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) também tem sua forma de avaliação dos projetos que executa. Este sistema utiliza conhecimentos científicos e tecnológicos de pesquisa integrada em rede e sub-redes de pesquisa, com núcleos temáticos sobre desenvolvimento sustentável, para gerar e disseminar os estudos e resultados alcançados.

O Subprograma de Ciência e Tecnologia (SPC&T) elaborou e executou uma estratégia inovadora de divulgação de informações e resultados das pesquisas, tendo como público-alvo a população local, gestores públicos e entidades representativas dos diversos segmentos sociais com a possibilidade da estratégia ser executada por divulgadores, em parceria com pesquisadores responsáveis pelos trabalhos divulgados. O subprograma contou, ainda, com um sistema de gerenciamento, monitoramento e avaliação, para acompanhar e avaliar os projetos de pesquisa em rede desde o início, com a participação de consultores especialistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conforme o Ministério do Meio Ambiente (2009)

Através desses parâmetros, o governo poderá identificar quais os erros e acertos que podem estar sendo cometidos pelo programa de desenvolvimento sustentável adotado, de forma que os erros sejam corrigidos e os acertos sejam expandidos e melhorados.

Capítulo 6 – Considerações Finais

A educação no Brasil está se desenvolvendo aos poucos. Em função disso, é importantíssimo que os governantes passem a investir mais verbas públicas na melhoria da qualidade de ensino dos brasileiros. Porém estes investimentos não podem se restringir apenas a um segmento específico, ou seja, apenas ao ambiente escolar. O governo deveria criar ações que politizassem, que ensinassem, que estimulassem as pessoas a participarem das discussões que permeiam todos os setores sociais na busca pela construção de um futuro melhor para toda sociedade.

A educação pode mediar as mais diversas formas de crescimento, sendo uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento de um país e, dentre estas formas de desenvolvimento está o tão sonhado desenvolvimento sustentável. Em virtude disso, percebe-se que é preciso que a educação atinja todos os setores sociais, como forma de incentivar a mobilização social e a disseminação de conhecimento na formulação de políticas públicas em busca do desenvolvimento sustentável.

Desta forma, é importante destacar a necessidade de uma cultura de valorização das questões ambientais, visto que a preservação ambiental é importantíssima na construção do desenvolvimento sustentável. Porém, para alcançar os objetivos pretendidos pelo desenvolvimento sustentável, é preciso que outras questões sejam priorizadas, como as questões sociais, políticas e econômicas que busquem a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, é possível afirmar que para o desenvolvimento sustentável alcançar seus objetivos é preciso haver uma participação plena e efetiva de todos os grupos sociais, ou seja, da população em geral, das empresas e ONGs, dos governos local, estadual e federal, sempre buscando e valorizando a opinião de todos estes setores para que a sustentabilidade econômica e ambiental seja alcançada.

Dai, a importância da conscientização, da difusão, principalmente por parte dos órgãos governamentais, do novo paradigma do desenvolvimento sustentável junto à população, pois é através da disseminação da filosofia do desenvolvimento sustentável que as dimensões sociais, econômicas, ecológicas, demográficas, espaciais e culturais, conseguirão atingir as metas almejadas, na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, à medida que os indivíduos percebem a importância de seus atos e passem a se preocupar com as questões referentes ao desenvolvimento sustentável e com as futuras gerações, adotando comportamentos sócio-ambientais responsáveis, provavelmente haverá o desenvolvimento pretendido.

Assim, através da educação, da cultura de disseminação de comportamentos e ações, com maior proximidade entre Estado e população, com troca de experiências, com motivação e sensibilização das pessoas, com o resgate da auto-estima, com atitudes responsáveis de

proteção a natureza, com as parcerias em defesa do meio ambiente, com a redução das desigualdades sociais, poder-se-á conseguir crescimento econômico com preservação da natureza.

Desta forma, a partir dessas reflexões, podemos concluir que a educação, o conhecimento, a disseminação de informações com aprendizagem contínua, auxiliam o país a conseguir realizar as transformações sociais, econômicas e ambientais que contribuem e/ou facilitam no alcance dos objetivos propostos pelo desenvolvimento sustentável, demonstrando assim que as questões ambientais e sociais são dependentes das questões educacionais, pois a educação é um dos pilares do crescimento econômico, da valorização da vida e da natureza.

Referências

ARBEX, N. Prefácio. In: JUNQUEIRA, V; NEIMAN, Z (orgs.) **Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade**. 1ª edição. Barueri, SP: Manole, 2007. p. 81.

ASSIS, R.L.de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Economia Aplicada. vol.10 nº.1 Ribeirão Preto Jan./Mar. 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005> Acesso em: 07 fev. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (Abong). **Sustentabilidade no Brasil: Acesso a Recursos Privados. Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados/ realização** Abong, Associação Brasileira de ONGs. Rio de Janeiro; Abong, 2010. p 84. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/publicacoes.php>>. Acesso 06 mar, 2011.

BASSETO. I.B; **A Incorporação da Responsabilidade Social e Sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia Paranaense de Energia – COPEL**. Gest. Prod. vol.17 no.3 São Carlos 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2010000300016&lang=pt> Acesso em: 05 mar.2011.

BRASIL. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e Desenvolvimento. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: dez.1991. 204 p.

BRASIL. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Estudos e Pesquisas Informação Geográfica nº 7**. Brasil, 2010. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores/Ministério do meio Ambiente. Convenção Sobre Diversidade Biológica. CDB. Disponível em: <http://www.cdb.gov.br/CDB>. Acesso em: 27 jun.2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (coord.). **Caminhos para Sustentabilidade: As contribuições do maior programa ambiental do país para o uso e proteção das florestas tropicais brasileira. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7)**. Brasília (DF), 2009. 60 p. p.11,14. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao15102009043958.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Encontro e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores*. Brasília, 2007. Vol 2. Disponível em: <http://www.institutoaf.org.br/wp-content/uploads/2010/04/encontros_2.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2011.

BRITO, B. BARRETO, P. *A eficácia da aplicação da lei de Crimes Ambientais pelo Ibama para proteção de Florestas no Pará*. Revista de Direito Ambiental, 2006. Disponível em: <<http://ibcperu.org/doc/isis/6618.pdf>>. Acesso em; 19 abr. 2011.

CAÚLA, B.Q; OLIVEIRA, F.C.de. *Implantação das Agendas 21 Locais: Realidade das Construções Municipais*. FACES R. Adm. · Belo Horizonte · v. 7 · n. 4 · p. 120-136 · out./dez. 2008. Disponível em:<<http://www.fumec.br/revistas/index.php/facesp/article/view/430/245>> Acesso em: 01 mar. 2011.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Conferência das Nações Unidas Sobre meio Ambiente e Desenvolvimento: agenda 21*. Brasília, DF: 1996. Subsecretaria de Edições Técnicas- Senado Federal. 291p. p45

DUALIB, M. Prefácio. In: JUNQUEIRA, V; NEIMAN, Z (orgs.) *Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade*. 1ª edição. Barueri, SP: Manole, 2007. 318 p. p, 9.

JACOBI, P. *Educação Ambiental e o Desafio da Sustentabilidade Socioambiental. O Mundo da Saúde*. São Paulo: 2006: out/dez. Disponível em:<http://www.scamilo.edu.br/pdf/mundo_saude/41/01_educacao_ambiental.pdf> Acesso em: 01 mar. 2011.

KOHLER, M.C.M. *Agenda 21 Local: Desafios da sua implementação. Experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis*. 2003. 176 p. Dissertação apresentada ao Departamento de Saúde Ambiental, da Faculdade de saúde Pública, da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-19052005-111222/pt-br.php>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

KNOREK, R. ALVES, J.A.B. *O desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade: uma reflexão sobre a economia e o meio ambiente*. Disponível em: <http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=jorgeab_alves> Acessado em: 08 fev. 2011.

MALHEIROS, T.F; JÚNIOR, A.P; COUTINHO, M.V.C. *Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro*. Saúde e Sociedade. vol.17 nº.1. São Paulo Jan./Mar. 2008 Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902008000100002&lang=pt&tlng=pt> Acesso em: 08 mar. 2011.

MASSA, A.A; NOVAK,A.S; SOUZA,R.P. *Responsabilidade Social: Um caminho para a sustentabilidade*. Disponível em:

<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/iiseminario/pdf_reflexoes/reflexoes_02.pdf> Acesso em : 18 mar. 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Legislação Ambiental Brasileira: Grau de Adequação à Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Biodiversidade%203.pdf. Acesso em: 25 mar.2011.

MORETTO, C.F; MORES, G.V; ANTONI,V.L; CAPACCHI, M. **O desenvolvimento sustentável na perspectiva local: A percepção do sentido da sustentabilidade pelos residentes do município de Passo Fundo**. Disponível em: www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaúcha/.../meioambiente-1-4.doc Acesso em: 13 mar.2011.

NOVAES, W. (Coord.) MMA. PNUD. **Agenda 21 Brasileira Bases para Discussão**. Brasília: 2000. pp.17-41.

RICO, E.M; **A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo Perspectiva. vol.18 no.4 São Paulo Out./Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392004000400009&lng=en&nrm=iso> Acesso: 01 mar.2011.

SECCO, A.P.L; RILLO, G.In: JUNQUEIRA, V; NEIMAN, Z (orgs.) **Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade**. 1ª edição. Barueri, SP: Manole, 2007. 318 p. p, 273.

SILVA, A. G. **Adolescência no contexto da cidadania. Fundação Estadual da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_desenvolvimento_03.pdf> Acesso em: 22 abr.2011.

SILVA, F.F; SILVA, E.A; ALCÂNTRA, V.C; MACHADO, R.R; DRUMOND, L.C.D; SOUZA, A.C. **Relações entre instituições públicas e privadas na geração de desenvolvimento sustentável: potencialidades e limitações da região do Alto Parnaíba –MG**. Revista Eletrônica Administrativa. Faculdade Cenecista de Campo Largo, Paraná, Brasil. (RECADM). vol: 7. nº 1. p.8. maio 2008. Disponível em: <revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/article/download/241/212> Acesso em: 02 fev.2011.

UNESCO. **Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável-2005-2014: Documento Final Plano internacional de Implementação**. Brasília: mai 2005. 120 p.

VAN BELLEN, H. M. **Desenvolvimento Sustentável: Uma descrição das Principais Ferramentas de Avaliação**. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23537.pdf>. Acesso em: 14 abr.2011.

VENECCHIATTI, K. **Três Fases do Desenvolvimento Sustentável: do reducionismo a valorização da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 18(3): 90-95, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24782.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2011.